

Transferências governamentais: uma revisão sistemática de literatura

Government transfers: a systematic literature review

João Paulo de Oliveira Júnior Mestre em Administração Pública. Universidade Federal de Alagoas
<https://orcid.org/0000-0002-3729-3885> (UFAL) – Brasil. jpoj.eco@gmail.com

Natallya De Almeida Levino Doutora em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Brasil. natallya.levino@feac.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0002-1215-3798>

RESUMO

As transferências governamentais representam uma ferramenta essencial para o financiamento das diversas funções e responsabilidades das subunidades federativas. Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as tendências e padrões de publicação sobre a temática das transferências governamentais entre 2010 e 2023, avaliando a evolução da quantidade de publicações por ano, os países com maior produção científica, os principais campos de estudo das publicações e as principais palavras-chave. Além disso, busca-se realizar uma discussão sobre os principais resultados encontrados pelos autores. Os resultados indicam um crescimento constante das pesquisas sobre transferências governamentais. Além disso, os estudos analisados apresentam diferentes perspectivas sobre seus impactos práticos, destacando aspectos como os critérios de distribuição dos recursos, evidências do fenômeno *flypaper effect* e os efeitos dessas transferências no desempenho fiscal e na qualidade da prestação de serviços públicos pelos governos locais.

Palavras-chave: Revisão sistemática de literatura; transferências governamentais; *flypaper effect*; políticas públicas.

ABSTRACT

Government transfers are an essential tool for financing the various functions and responsibilities of subnational entities. This study aims to analyze the trends, patterns, and content of academic publications on this topic, with a particular focus on the relationship between these transfers and municipalities. To achieve this, a systematic literature review was conducted on the Web of Science platform, covering the period from 2010 to 2023. The results indicate a steady increase in research on government transfers. Furthermore, the analyzed studies present different perspectives on their practical impacts, highlighting aspects such as resource distribution criteria, evidence of the flypaper effect, and the effects of these transfers on fiscal performance and the quality of public service delivery by local governments.

Keywords: Systematic literature review; government transfers; flypaper effect; public policies.

Recebido em 11/06/2024. Aprovado em 12/06/2024. Avaliado pelo sistema *double blind peer review*. Publicado conforme normas da ABNT.
<https://doi.org/10.22279/navus.v16.1947>

1 INTRODUÇÃO

As transferências governamentais compõem uma ferramenta importante para o financiamento das diversas funções e atribuições das subunidades federativas, e sua efetivação garante a execução de políticas públicas mais homogêneas em todo o território nacional (Sakurai, 2013; Caetano; Ávila; Tavares, 2017).

Esse tema ganhou relevância nos debates acadêmicos e políticos, tendo amplitude significativa nas relações intergovernamentais, com reflexos importantes para a alocação e a mobilização de recursos públicos (Arretche, 2012; Soares; Melo, 2016).

Cabe destacar a diferença entre a utilização das nomenclaturas “transferências intergovernamentais” e “transferências governamentais”. Conforme Deda e Kauchakje (2016), a primeira expressão é utilizada em um contexto mais específico, pois trata apenas da mobilização de recursos entre as esferas de governo. Já a segunda é mais genérica, e trata das transferências governamentais como um todo, incluindo as destinadas diretamente à população. Em relação às transferências intergovernamentais, elas podem ser compulsórias ou discricionárias (Moutinho; Kniess; Maccari, 2013).

As transferências compulsórias, também definidas como transferências constitucionais, são recursos repassados das unidades superiores para os entes descentralizados, de forma obrigatória e pré-definida, por meio de prerrogativas legais (Louzada, 2012).

Um critério frequentemente utilizado para classificar as transferências compulsórias é a utilização do grau de condicionalidade. Sob esta ótica, as transferências podem ser classificadas em vinculadas ou não vinculadas a um determinado tipo de gasto (Gomes, 2010).

No Brasil, cita-se como exemplo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como uma transferência não vinculada. Já o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) é um tipo de recurso vinculado, neste caso, à educação (Mendes; Miranda; Cosio, 2008).

As transferências discricionárias também são recursos transferidos das unidades superiores para os entes descentralizados, mas com a diferença de uma maior liberdade para gerenciar a alocação desses recursos (Soares; Melo, 2016).

Em casos específicos, ainda existem as transferências intergovernamentais excepcionais, pensadas para atender às subunidades da federação em épocas de calamidades, pandemias, crises econômicas ou outras emergências (Maranhão; Senhoras, 2020; Gullo, 2020).

Cita-se, ainda, as transferências governamentais diretas para a população que busca garantir uma condição de sustentabilidade mínima, e assim, possibilitar aos beneficiados o consumo de bens essenciais (Costa; Gartner, 2017). Diante da relevância da temática, identifica-se como problema a baixa produção de revisões de literatura sobre o tema.

Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as tendências e padrões de publicação sobre a temática das transferências governamentais entre 2010 e 2023, avaliando a evolução da quantidade de publicações por ano, os países com maior produção científica, os principais campos de estudo das publicações e as principais palavras-chave. Além disso, busca-se realizar uma discussão sobre os principais resultados encontrados pelos autores.

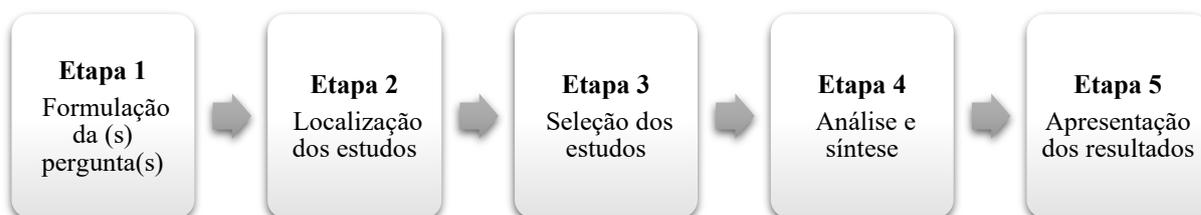
Este estudo é relevante devido à importância das transferências governamentais para equalizar as finanças das subunidades federativas, ao promover uma melhor distribuição dos recursos nos limites geográficos das nações. Contribui para o meio acadêmico porque apresenta uma discussão abrangente sobre os achados recentes dos pesquisadores ao redor do mundo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é um método de pesquisa que tenta reunir os resultados de estudos originais num determinado tema e de um determinado período que se enquadrem nos critérios de elegibilidade pré-especificados para responder a uma pergunta de pesquisa específica (Donato; Donato, 2019).

Segundo Faria (2016), este tipo de revisão tem por característica o emprego do rigor metodológico com etapas bem definidas e transparentes. Nesse sentido, este estudo utilizou a proposta de Denyer e Tranfield (2009), visualizadas na Figura 1.

Figura 1 — Etapas da metodologia da RSL



Fonte: elaboração autoral (2024), com base em Denyer e Tranfield (2009).

2.1 Definição dos parâmetros da revisão

Com base nas etapas demonstradas na Figura 1, a condução da pesquisa foi iniciada com a formulação das perguntas. Desta forma, a RSL buscou responder à seguinte questão principal:

- Questão 1 (Q1): *O que a literatura recente apresenta em termos teóricos e os efeitos práticos das transferências governamentais para os municípios?*

Assim como, as seguintes questões secundárias:

- Questão 2 (Q2): *Quais os principais apontamentos dos pesquisadores em relação às suplementações nas transferências governamentais para o combate dos efeitos de crises?*
- Questão 3 (Q3): *Foi constatada alguma lacuna existente na literatura observada a respeito da temática das transferências governamentais?*

Com o objetivo da RSL definido, o próximo passo foi definir a base de dados escolhida para a realização da pesquisa. Tendo em vista que a principal coleção do *Web of Science* é a base de dados de citações líderes em todo o mundo, e que contém registros de artigos publicados em periódicos de maior relevância científica (Clarivate Analytics, 2022), este fator definiu a escolha por essa base de dados.

Em seguida, o protocolo de revisão foi construído para disciplinar a condução da pesquisa. Depois de uma análise preliminar, definiu-se a busca por estudos qualificados como artigos e escritos em todas as línguas. Porém, como é sabido que a língua inglesa é o idioma padrão para trabalhos com nível internacional, foram definidas as seguintes palavras-chave: *"government transfers"* ou *"intergovernmental transfers"*.

As palavras-chave postas de forma aleatória gerariam uma busca desorganizada, sem foco, com muitos artigos fora do escopo da pesquisa. Para evitar isso e selecionar apenas artigos dentro do contexto pré-estabelecido, utilizou-se a ferramenta dos operadores lógicos ou também chamados "operadores booleanos", para delimitar o campo a ser pesquisado. O primeiro operador utilizado foi o "OR" para encontrar tanto a palavra-chave *"government transfers"* como também a palavra-chave *"intergovernmental transfers"*.

Ainda com o intuito de melhorar a organização da pesquisa, a busca delimitou os artigos que contivessem as fórmulas de pesquisa em seus tópicos, títulos, resumos ou palavras-chave. Isto posto, as

pesquisas foram realizadas do seguinte modo: $TS = ("government\ transfers" OR "intergovernmental\ transfers")$.

Como a temática das transferências intergovernamentais não é um assunto recente, optou-se por adotar outro critério fundamental para evitar uma quantidade exagerada de artigos na RSL, o que poderia comprometer a atualidade das publicações selecionadas. Sendo assim, foi adotado o critério do intervalo temporal entre 2010 e 2023. Cabe observar que o intervalo temporal leva em conta a data de aceite do artigo. Assim, alguns artigos foram publicados em 2024.

Mesmo com a adoção das palavras-chave corretas, é comum obter referências de estudos irrelevantes para a pesquisa (Pereira; Galvão, 2014). Deste modo, buscando um refinamento ainda mais criterioso, foi estabelecido mais dois critérios de exclusão.

O primeiro foi delimitar os artigos que além da temática das transferências governamentais, contemplassem, também, os municípios, então, do mesmo modo da busca anterior, foi realizada uma nova busca, mas agora com as palavras-chave "*municipalities*" ou "*counties*" da seguinte forma: $TS = ("municipalities" OR "counties")$. Estas palavras-chave foram escolhidas para buscar artigos que trouxessem a temática municipal com o enfoque voltado para o campo institucional do município dentro do pacto federativo. Todo o processo de definição dos parâmetros da revisão está resumido no Quadro 1.

Quadro 1 — Parâmetros de pesquisa da Web of Science

Base de dados	Coleção principal <i>web of science</i>
Tipo de pesquisa	Pesquisa avançada
Rótulos de campo	Tópicos, títulos, resumo e palavras-chave
Palavras-chave	("municipalities" OR "counties") ("government transfers" OR "intergovernmental transfers")
Tipo do documento	Artigo
Período	2010 até 2023
Idioma	Todos os idiomas
Período da pesquisa	01/2023 a 06/2024

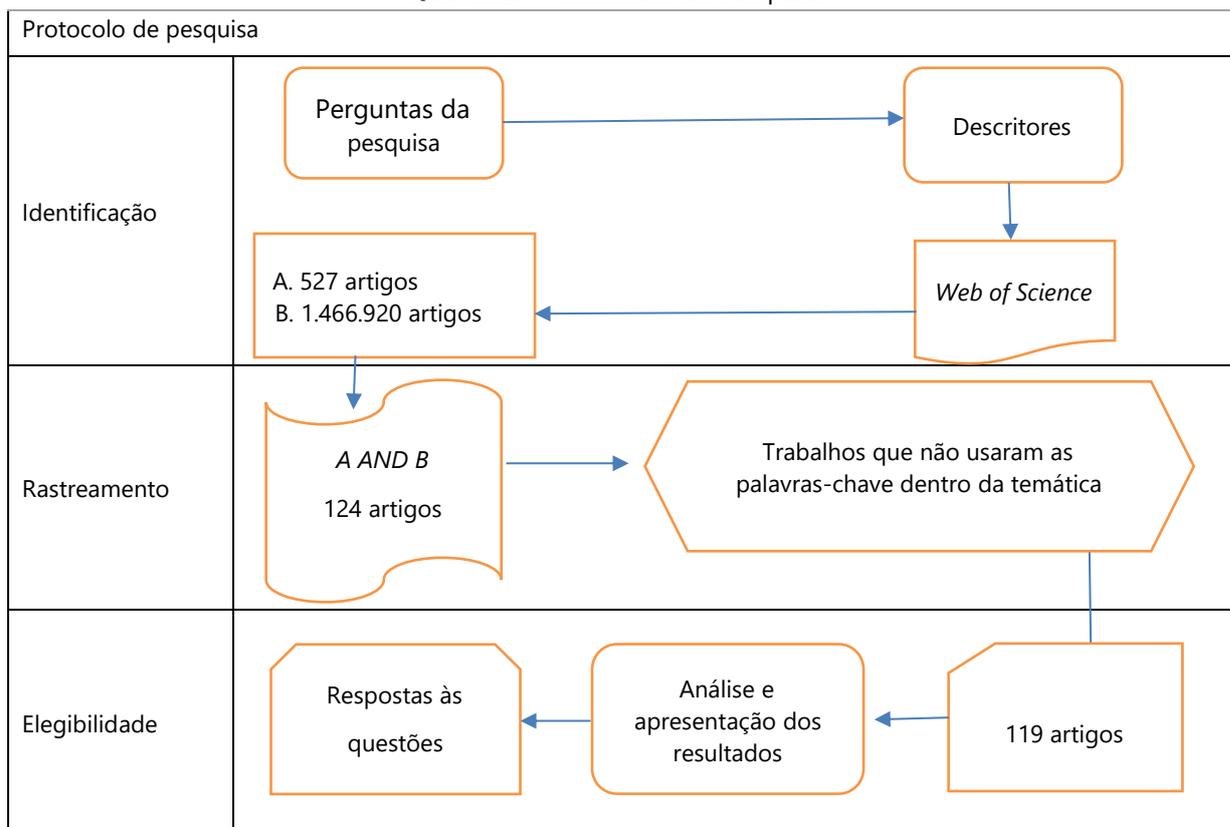
Fonte: elaboração autoral (2024).

Com as duas consultas realizadas, partiu-se para o filtro que conecta os artigos das duas consultas. Ou seja, os que relacionam e abordam as duas temáticas ao mesmo tempo, assim, foi utilizado o conectivo "*AND*" para filtrar os artigos. O outro critério de exclusão utilizado foi excluir trabalhos que usaram as palavras-chave fora do objetivo da pesquisa, sem relação com as transferências intergovernamentais e os municípios.

2.2 Delimitações

O processo de pesquisa e seleção dos artigos seguiu os passos demonstrados no quadro 2.

Quadro 2 — Protocolo de Pesquisa



Fonte: elaboração autoral (2024).

2.3 Extração de dados e seleção de software

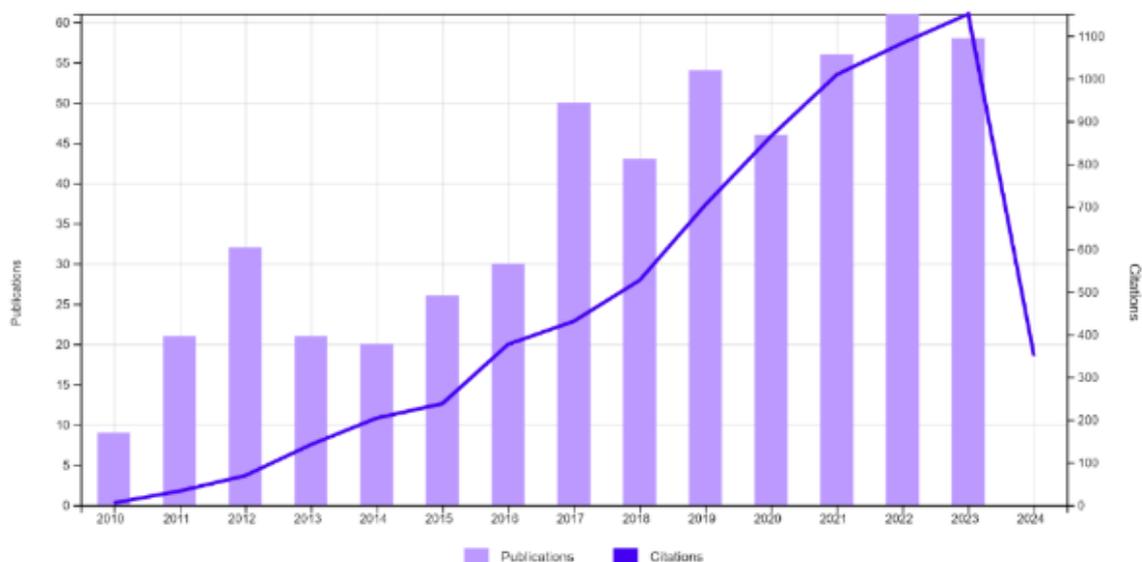
Os dados da pesquisa foram baixados no formato CSV, com os valores separados por vírgula. Foram utilizados dois tipos de *software*, o Microsoft Excel, que possibilita filtrar e ordenar dados para a identificação de indicadores (Hai-Jew, 2017) e o VOSviewer, *software* livre que permite a análise da estrutura intelectual de um campo acadêmico por meio da construção de redes bidimensionais (Saleem *et al.*, 2020).

3 RESULTADOS

3.1 Análise da tendência geral de crescimento da produção científica

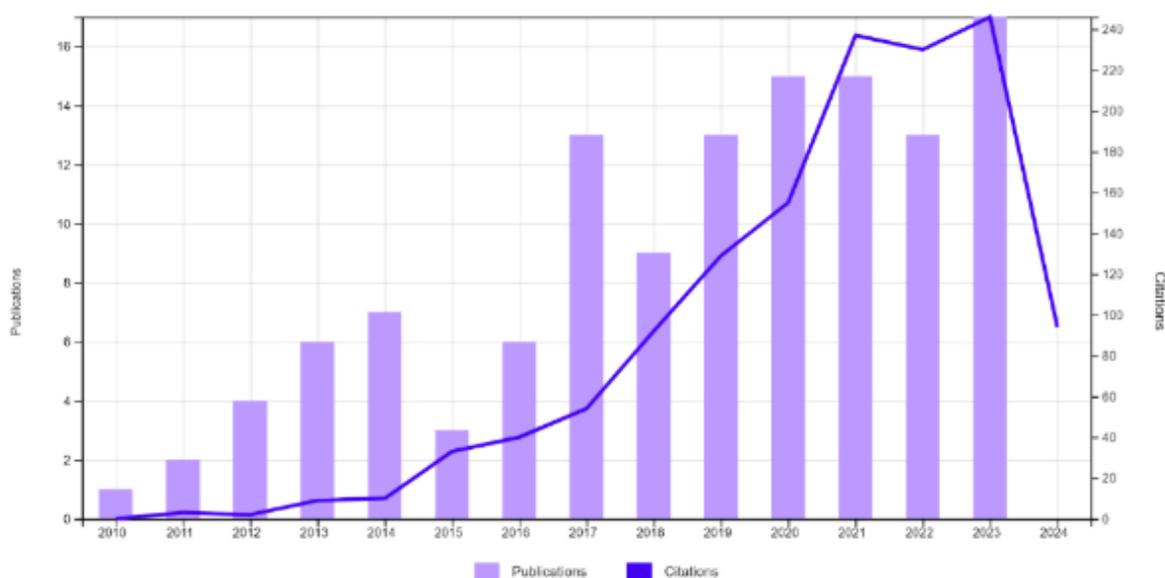
Observando os Gráficos 1 e 2, percebe-se que os estudos sobre transferências intergovernamentais cresceram no período entre 2010 e 2023, em que se destaca o ganho de relevância da temática associada aos municípios, já que as publicações, de modo geral, alcançaram o ponto máximo de publicações em 2022, mas tiveram uma pequena queda em 2023. Por outro lado, no recorte dos estudos que trazem o tema associado aos municípios, houve um grande crescimento das publicações entre 2022 e 2023, o que mostra que mesmo em uma tendência de queda das publicações, o tema relacionado aos municípios ganhou destaque.

Gráfico 1 — Evolução de publicações sobre transferências intergovernamentais por ano



Fonte: elaboração autoral (2024).

Gráfico 2 — Evolução de publicações sobre transferências intergovernamentais associadas com o tema município, por ano

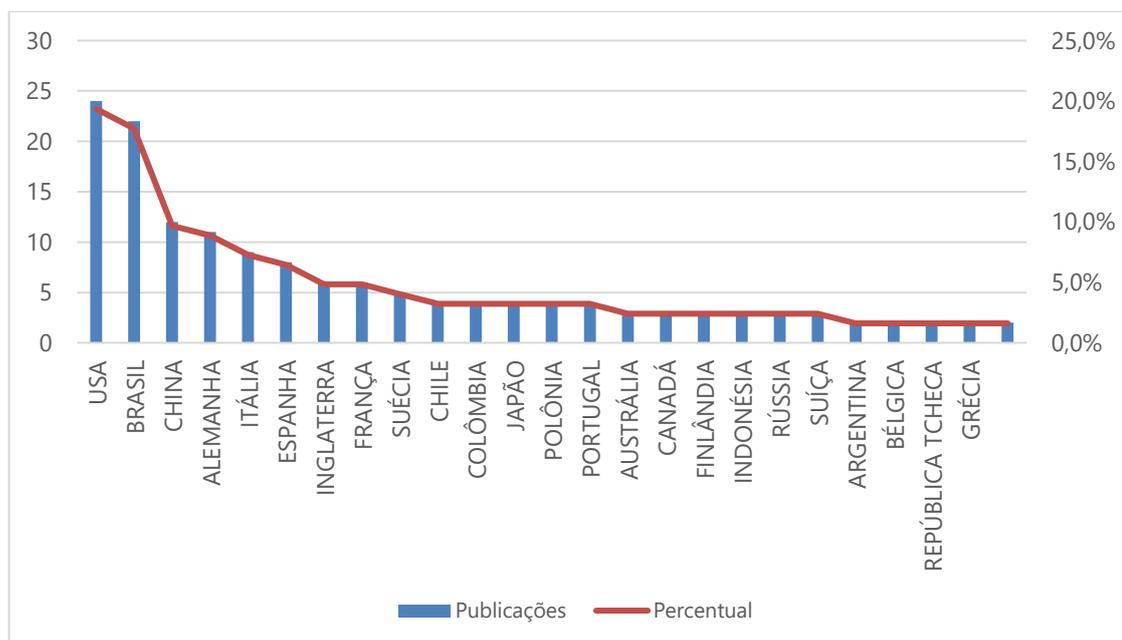


Fonte: elaboração autoral (2024).

3.2 Produção científica por países

Os estudos provêm de 25 países, dos quais se destacam os Estados Unidos, com 19,4% das publicações, e o Brasil, com 17,7%. Outros países com destaque nas publicações são China e Alemanha, com mais de dez artigos por país.

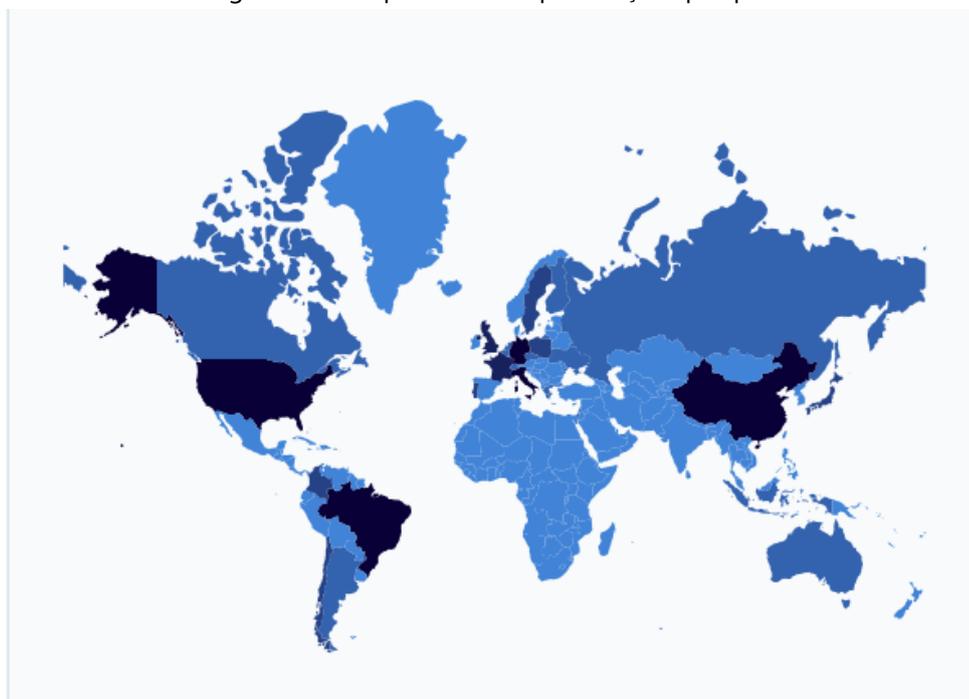
Gráfico 3 — Publicações por país



Fonte: elaboração autoral (2024).

A Figura 2 mostra o mapa interativo dos países com publicação.

Figura 2 — Mapa interativo publicações por país

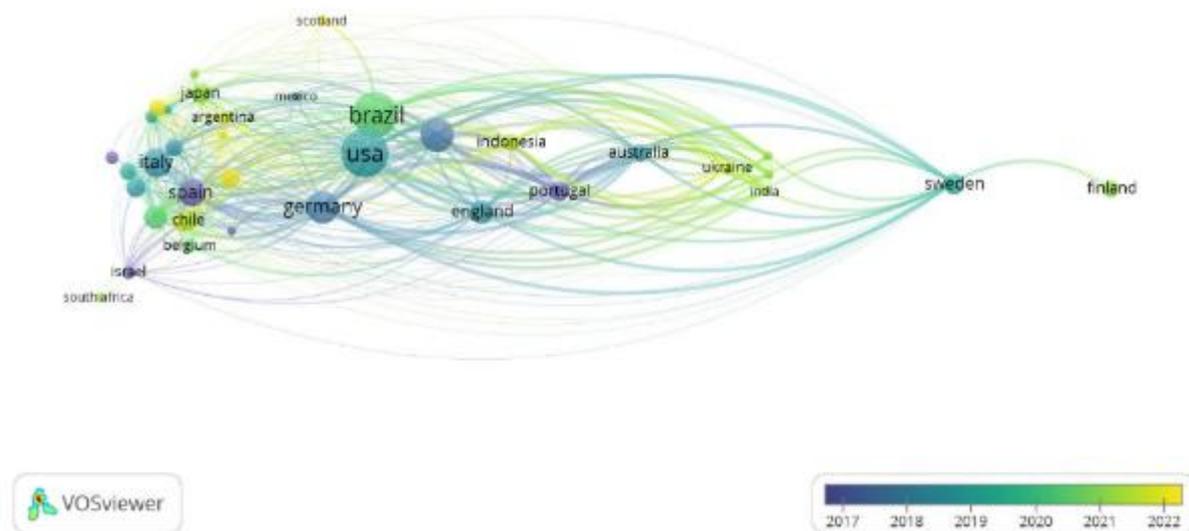


Fonte: elaboração autoral (2024)

Já a Figura 3 apresenta o mapa das inter-relações dos estudos por país, organizados por meio das técnicas bibliométricas disponibilizadas pelo *software* VOSviewer. Palludeto e Felipini (2017)

explicam que os nodos da rede bibliográfica são postos de maneira que a distância entre eles indica, por proximidade, a sua relação segundo critérios de agregação, conformando um mapa.

Figura 3 — Acoplamento bibliográfico, unidade de análise: países



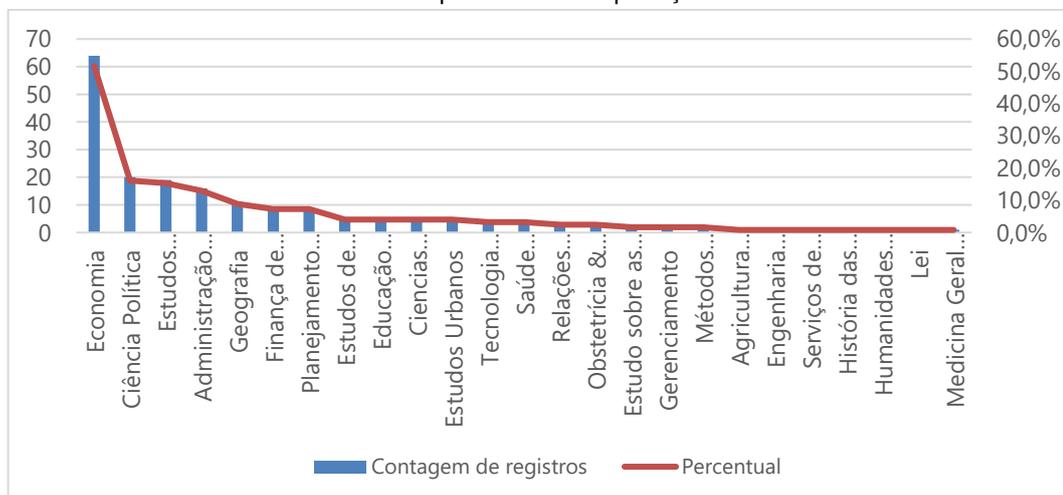
Fonte: elaboração autoral (2024).

Com a utilização do critério de acoplamento bibliográfico dos países como unidade de análise, o mapa procura aproximar unidades que compartilham referências em comum. Neste caso, quanto maior a coincidência de países citados em comum, maior a proximidade entre as fontes.

3.3 Campo de estudo da produção científica

Analisando o Gráfico 4 nota-se que a temática das transferências governamentais é multidisciplinar, mas que os trabalhos na área de economia são maioria, com 50,65%, em que se destaca o experimento de campo realizado por Labonne (2013), que evidencia os impactos eleitorais locais das transferências condicionais de recursos.

Gráfico 4 — Principais áreas de aplicação dos estudos



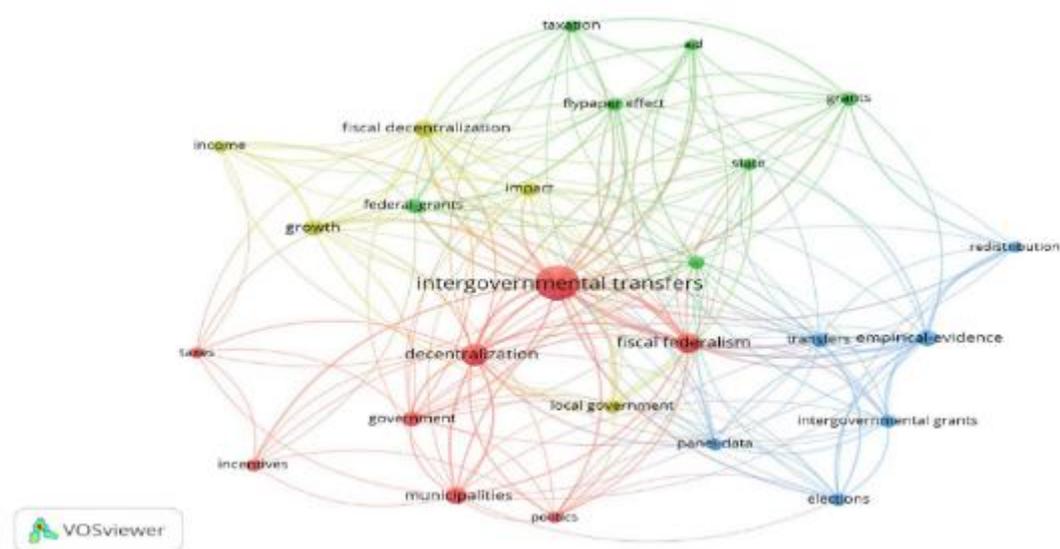
Fonte: elaboração autoral (2024).

Pode-se verificar, ainda no Gráfico 3, uma grande quantidade de trabalhos que tratam das transferências governamentais pela ótica da ciência política. Outra área de estudo com grande relevância é o campo da administração pública.

3.4 Principais palavras-chave da produção científica

Por meio do *software* VOSviewer, foi selecionado o mapa com o mínimo de cinco ocorrências por palavra, pelo qual foram obtidas as 26 principais palavras-chave mais citadas, demonstradas na Figura 4.

Figura 4 — Análise de co-ocorrência de palavras-chave



Fonte: elaboração autoral (2024).

Esta análise é fundamental para que os usuários da RSL saibam os principais temas discutidos e quais são as ramificações que a palavra-chave principal alcança. Percebe-se a geração de quatro *Clusters* nas cores azul, vermelho, verde e amarelo. O azul traz uma temática voltada para os critérios de distribuição das transferências governamentais; no vermelho nota-se a discussão sobre a descentralização, federalismo fiscal e a questão local dos municípios. No *cluster* verde observa-se a referência ao *flypaper effect* e às subvenções inter-relacionadas com política de tributação; e por fim, no amarelo, o destaque para o impacto das transferências governamentais no resultado das funções do governo local.

3 DISCUSSÃO

Questão 1

O que a literatura recente apresenta em termos teóricos e os efeitos práticos das transferências governamentais para os municípios?

Nesta questão, os dados serão examinados, sendo divididos em três subtópicos, classificados pelas letras "a", "b", "c" e "d".

a) Distribuição dos recursos das transferências governamentais

No que se refere à distribuição dos recursos das transferências intergovernamentais voluntárias, foram apresentados apontamentos da influência de fatores políticos na determinação do montante dos repasses. Uma série de estudos examina o papel do alinhamento político e do ciclo orçamentário dos municípios como uma demonstração do comportamento oportunista dos gestores públicos, com a finalidade de obter ganhos eleitorais.

Seguindo o pressuposto, Kitsos e Proestakis (2020) apontam que as transferências voluntárias são significativamente mais altas para os municípios gregos, onde os gestores são alinhados politicamente na corrida eleitoral. Corvalan, Cox e Osório (2018) relatam os mesmos resultados e acrescentam que as transferências para prefeitos alinhados são maiores quando as disputas locais são mais apertadas, sugerindo que o governo prefere desviar recursos para municípios indecisos. Já Gilev e Shevtsova (2019) demonstram que o recebimento de um volume maior de transferências também pode ser facilitado pela presença de um deputado regional do município na legislatura de esferas superiores. Quinckhardt (2023) descobre que na Alemanha, o alinhamento partidário entre um prefeito local e o governo estadual aumenta as transferências para um município em 20% ao ano.

Veiga e Veiga (2010) salientam que aumentos no ano eleitoral das transferências do governo central para os municípios garantem votos adicionais, e que essas transferências são direcionadas as jurisdições onde o governo corre o risco de perder apoio. Ferreira, Alves e Caldeira (2021) sugerem que o governo federal compra apoio do congresso concedendo subsídios e emendas aos deputados. Além disso, acrescentam que o alinhamento entre os chefes municipais e federais é central para a alocação de recursos. Labonne (2013) mostra que os prefeitos, nas Filipinas, se beneficiam eleitoralmente a partir de programas de transferências direcionadas, implementados em seu município.

Psycharis *et al.* (2021) evidenciam que fatores políticos exercem uma influência estatisticamente significativa sobre a alocação de verbas estaduais ao governo local na Grécia. Os prefeitos politicamente alinhados com o governo em exercício recebem cotas mais altas de subsídios, em comparação com os não-alinhados. Além disso, o ciclo de negócios políticos fornece um determinante importante para explicar as flutuações nas transferências do governo local, já que as subvenções ao governo local aumentam nos anos anteriores às eleições nacionais ou locais e diminuem nos anos seguintes.

Fabre (2017) conclui que na França, os presidentes de câmara que também têm assento no grupo majoritário do conselho distrital recebem, em média, 28% mais subsídios para o seu município do que outros titulares municipais.

A questão político-partidária também foi apontada por Baskaran e Hessami (2017), que verificaram o favoritismo partidário na alocação das transferências intergovernamentais no Estado de Hesse, na Alemanha. Os resultados sugerem que quando o governo estadual já possui apoio da maioria das prefeituras, o governante investe nos municípios alinhados politicamente para manter o apoio da maioria, já quando o governo possui minoria, investe mais nas prefeituras de oposição, na busca pela compra do apoio político.

Kammas, Poulima e Sarantides (2023) argumentam que na Grécia, os partidos governantes desviaram as transferências intergovernamentais para os seus redutos políticos e para os redutos dos presidentes de câmara politicamente alinhados, uma vez que as autoridades locais desempenharam o papel de pontos focais no processo de construção partidária.

Ha (2023) encontra provas significativas de particularismo presidencial, uma vez que a administração Biden concedeu uma grande quantidade de empréstimos a condados pró-Biden e aos principais condados democratas, bem como a distritos eleitorais com membros co-partidários (democratas). Além disso, a magnitude destas conclusões do particularismo presidencial imediatamente

após o ano das eleições presidenciais é consideravelmente maior em comparação com estudos anteriores.

Hirano (2011) acrescenta que, no Japão, a presença de um titular do Partido Liberal Democrático (PLD) na Câmara dos Deputados leva a um aumento de cerca de 10% a 30% nas transferências *per capita* do governo central para os municípios onde o titular tem apoio eleitoral substancial. Carozzi e Repetto (2016) descobriram que na Itália, os governos municipais das cidades de nascimento dos legisladores recebem maiores transferências *per capita*.

Em relação ao Brasil, Brollo e Nannicini (2012) descobrem que os municípios brasileiros, cujo prefeito é filiado à coalizão do presidente, recebem aproximadamente 40% a mais em transferências (discricionárias) em infraestrutura em anos pré-eleitorais. Sakurai e Theodoro (2018) apontam que as transferências de capital no Brasil são um mecanismo muito importante pelo qual o governo federal e os governos estaduais apoiam governos locais politicamente estratégicos.

Dalle Nogare e Kauder (2017) fornecem evidências de que os incentivos eleitorais na Itália distorcem, ao invés de disciplinar, os prefeitos em exercício. Esse comportamento ocorre porque as transferências são maiores antes de uma eleição com um titular elegível do que quando o titular não pode se reeleger, o que leva à ideia de que a alocação de subsídios intergovernamentais é influenciada por lobby político do governo local elegível. Schneider, Athias e Bugarin (2019) demonstram que quando a probabilidade dos eleitores mais pobres de darem um voto válido aumenta, o gasto social público também aumenta.

No que se refere à distribuição dos recursos das transferências governamentais obrigatórias, Castro e Lima (2020) constataram distorções regionais na distribuição do FPM, tomando como base Minas Gerais, onde a maioria dos municípios recebem recursos aquém do necessário, e este problema tende a ser maior nas cidades mais populosas, mas, por outro lado, municípios demograficamente muito pequenos foram os mais beneficiados com a partilha.

Ao investigarem se os diversos tipos de transferências governamentais levam em consideração a necessidade fiscal atrelada aos custos e demandas por serviço público dos municípios, Baião, Cunha e Souza (2017) constataram que FPM contribui pouco para essa equalização, enquanto algumas transferências condicionais, como o Fundeb, que não possuem esse objetivo, apresentam um efeito positivo.

Elkhdari (2019) aponta que as variáveis socioeconômicas são significativas nos critérios que formulam a distribuição das receitas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), realizado pelo governo central marroquino, aos municípios locais. Segundo a autora, isso implica que existe um sistema de equalização subjacente com um viés importante para os municípios urbanos. Além disso, fatores políticos também desempenham um papel importante nesse processo de redistribuição, e isso apoia a hipótese de uma redistribuição tática, do ponto de vista político, ao invés de uma redistribuição direcionada.

Para Farvaque, Hericourt e Joanis (2019), a complexidade da fórmula distributiva, aliada a uma burocracia com excesso de regras, favorece uma distorção oculta nos critérios de rateio das transferências intergovernamentais. Além disso, os autores constatam, em estudo realizado nos municípios da França, que se a fórmula para definir a transferência for regida por regras complexas, isso reflete na geração de uma maior assimetria de informações, dando espaço para ocultar tendências discricionárias. Ou seja, as assimetrias são utilizadas para o direcionamento político dos recursos, favorecendo algumas "fortalezas eleitorais".

O movimento dos municípios para receber uma fatia maior das transferências foi analisado na Espanha. De acordo com Foremny, Monseny e Solé-Oll (2017), os governos locais relatam erroneamente os números da população para obter maiores alocações de doações *per capita*.

Em conformidade, Hortas-Rico (2014) aponta para um problema de risco moral para os governos locais da Espanha, que encorajam a expansão urbana excessiva e o crescimento populacional desordenado, visando o aumento das transferências intergovernamentais, sem necessariamente considerar todas as consequências fiscais de tais políticas.

Arachi, Porcelli e Zanardi (2023) estudam os efeitos redistributivos e de partilha de riscos das subvenções intergovernamentais a nível municipal, tirando partido da reforma de 2015 do sistema italiano de equalização municipal. Segundo os autores, a reforma introduz uma fórmula de subvenções para equalizar o déficit orçamentário apenas nos municípios das regiões padrão, mas não nos municípios localizados em regiões autónomas especiais. Os resultados mostram que as subvenções da fórmula não conduzem a uma maior redistribuição do que as transferências anteriores à reforma. Acrescentam ainda que, ao contrário do planejado, as novas transferências têm baixos efeitos de partilha de riscos devido ao atraso nos dados disponíveis para avaliar a capacidade fiscal e as necessidades de despesa.

b) Impacto das transferências governamentais no resultado das funções do governo local

Em relação à função distributiva do governo, os estudos analisaram se as transferências intergovernamentais enviadas do governo central para os governos locais tiveram efeito sobre a renda. Bulut-Çevik (2020) observou que em municípios da Turquia, um aumento de 1% no valor das transferências em relação ao PIB aumenta o rendimento *per capita* em cerca de 0,04%. Em seu estudo, Bukenya *et al.* (2011) analisam se há uma tendência de convergência entre os salários reais da população dos condados mais pobres em relação aos condados mais ricos do Alabama. Os autores identificam que no recorte temporal dos últimos 37 anos, houve uma tendência de convergência, ou redução da desigualdade. Jaaidane e Larribeau (2023) analisam as despesas públicas com pessoal dos municípios franceses e mostram que os cortes nas subvenções levam a cortes nas folhas salariais públicas dos municípios

Yang (2019) identifica que as transferências de fundos do governo chinês para o alívio da pobreza nos municípios exibem um efeito positivo significativo se estiver dentro de um valor limite, a partir desse limite há um efeito inibitório de crescimento significativo em seu lugar.

Aragón e Winkler (2023) examinam o impacto de longo prazo do cânone, uma transferência baseada em recursos, nas condições de vida locais nos municípios peruanos. Os autores não encontram evidências de melhorias significativas no acesso aos serviços públicos, na pobreza ou na desigualdade. Este impacto insignificante ocorre, apesar de constatados aumentos consideráveis nas receitas, pessoal e equipamento dos municípios.

Sobre os fundamentos teóricos da fórmula de distribuição do fundo social do México, Salazar (2018) afirma que o modo de distribuição dos recursos levava em conta o índice de pobreza. Mas, ao invés de reduzir a pobreza, isso acabava criando o incentivo perverso, já que os locais mais pobres recebiam mais recursos e não progrediram com receio de perder fatias na distribuição, assim indicando-se uma nova fórmula que leva como base a contribuição relativa de cada Estado com a redução da pobreza nacional.

Guo, Liu e Ma (2015) analisam o mecanismo de alocação das transferências intergovernamentais da China e estimam um multiplicador fiscal local em aproximadamente 0,6. De acordo com os autores,

os efeitos dos gastos públicos locais concentram-se nos setores não comercializáveis, e têm efeitos notáveis no estímulo ao investimento, mas têm efeitos insignificantes no consumo interno.

Conforme a pesquisa de Tang, Wong e Alas (2024), os resultados sugerem que o rendimento disponível das famílias *per capita* aumenta 9,6% no longo prazo devido a transferências adicionais de 1.000 pesos *per capita* nos governos locais das Filipinas. A taxa de pobreza também diminuiu aproximadamente cinco pontos percentuais no longo prazo. A melhoria dos resultados do desenvolvimento ocorre principalmente em governos locais pequenos e menos desenvolvidos.

No Brasil, Politi e Mattos (2018) verificam a equidade e a eficiência na distribuição de bolsas sobre renda em áreas metropolitanas e não metropolitanas brasileiras, e indicam que a política de concessão incondicional no Brasil está associada à ineficiência, porque as áreas de maior remuneração e produtividade nas regiões metropolitanas são receptoras negativas de concessões.

Souza e Monte examinam os efeitos das transferências intergovernamentais nas diferenças salariais entre funcionários públicos locais e funcionários do setor privado. Os resultados demonstraram que quando as transferências intergovernamentais *per capita* aumentam 1%, a diferença salarial entre os funcionários públicos locais e os empregados do setor privado aumenta 0,067%. Além disso, quando o PIB *per capita* aumenta 1%, a diferença salarial diminui 0,036%.

Outro fator de impacto das transferências governamentais está na prestação dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, bem-estar, meio-ambiente e segurança pública. Em relação à educação, Ding, Lu e Ye (2020) demonstram que a reforma que ampliou as transferências intergovernamentais na China visando aumentar o financiamento das despesas operacionais das escolas públicas rurais e municipais, não cumpriu o efeito esperado por falta de monitoramento, tanto do governo central como da população beneficiada.

Corroborando, Lu (2015), ao investigar o impacto de uma combinação de transferências intergovernamentais de um programa de alívio da pobreza em grande escala sobre os gastos com educação local na China, entre 1994 e 2000, não identificou nenhuma evidência sistemática de que os condados que se beneficiam do programa melhoraram gastos locais com educação durante o período de implementação do programa.

Ainda sobre a China, Há e Yan (2018), ao examinar os efeitos do subsídio em bloco estabelecido pelo governo chinês para prover os custos operacionais da educação rural sobre o nível de escolaridade, afirmam que nos condados em que houve um aumento de 20% nos subsídios recebidos de níveis mais altos de governo, resultou em mais 0,21 anos de escolaridade concluídos (0,07 desvio padrão) e um aumento de 2,2 pontos percentuais na probabilidade de conclusão da escolaridade obrigatória (0,08 desvio padrão).

Acuna, Balza e Gómez-Parra (2024) analisam o impacto decorrente de uma lei no Equador que prescreve um algoritmo para atribuir royalties do petróleo aos municípios, independentemente do seu estatuto de produção de petróleo e descobrem que os royalties aumentam a probabilidade de os alunos concluírem o ensino primário e secundário. Os alunos que chegam ao ensino médio também têm maior probabilidade de passar e se destacar no exame final. Além disso, é mais provável que as escolas permaneçam abertas

Athias e Schneider (2021) encontram um efeito positivo e significativo da representação política nos resultados de saúde e escolares. Por exemplo, na saúde, os resultados indicam que um assento adicional no congresso, representando um município, diminui a proporção de recém-nascidos com baixo peso ao nascer em 0,06 pontos percentuais. Ao analisar os resultados escolares, a percentagem de escolas com acesso à internet aumenta 0,63 pontos percentuais. Além disso, os resultados sugerem

que a política "*pork barrel*" é um mecanismo potencial que explica esta melhoria no fornecimento de bens e serviços públicos.

Na saúde, as transferências intergovernamentais compõem uma ferramenta importante para promover o bem-estar de seus cidadãos. Nesse aspecto, McLaughlin e Rank (2018) afirmam que os aumentos nas transferências federais *per capita* nos EUA estão significativamente associados a menores taxas de mortalidade infantil, neonatal e pós-neonatal.

Feliciano *et al.* (2017) analisaram as implicações do crescimento da receita orçamentária municipal e da política monetária de metas da inflação na disponibilidade de recursos públicos para a saúde dos entes municipais do Estado de Pernambuco. Concluíram que os aumentos dos gastos com saúde se devem mais ao crescimento da arrecadação dos municípios que ao crescimento das transferências intergovernamentais.

Sobre a nova política de Atenção Básica à Saúde, batizada de *PrevineBrasil*, que alterou o financiamento das UBSs dos municípios, estudo realizado por Massuda (2020), identificou que a adoção da captação e avaliação de desempenho como critérios para o cálculo das transferências intergovernamentais parece servir a propósitos mais restritivos do que à qualificação dos serviços, além de limitar a universalidade e aumentar as distorções no financiamento.

Mendes *et al.* (2018) classificam as transferências intergovernamentais como um dos condicionantes do desenvolvimento humano municipal, destacando as transferências com destinos específicos, como as do SUS e do FUNDEB, que visam a manutenção de programas sociais de saúde pública e educação básica.

Conforme Joassart-Marcelli (2010), existem grandes diferenças entre as cidades do sul da Califórnia no volume de recursos alocados para parques e recreação. Em um contexto de descentralização, em que os governos locais são cada vez mais responsáveis pela prestação de serviços públicos, as cidades fiscalmente saudáveis do Estado são capazes de realizar essas tarefas, enquanto outras lutam com os serviços mais básicos. O autor destaca que em cidades com problemas fiscais, os serviços de parques e recreação costumam ser os primeiros a desaparecer quando os orçamentos são apertados. Além disso, acrescenta que os programas de transferências do Estado da Califórnia parecem ter pouco efeito na redução das disparidades entre as cidades.

Em Taiwan, Tsai, Hsu e Chen (2012) esclarecem que as transferências do governo central para os municípios são o principal fator que afeta o nível de gastos do governo local com o bem-estar dos idosos

Sobre o meio ambiente, em Portugal, Droste *et al.* (2017) analisam a introdução das transferências intergovernamentais ecológicas para os municípios e constatam que os repasses incentivaram os municípios a designar novas áreas de proteção, o que estimulou a descentralização das decisões de controle e fiscalização de tal modo que contribuiu para uma melhor conservação das áreas.

Em relação à segurança pública, Che, Xu e Zhang (2018) associam a competição de produtos importados da China com o índice de criminalidade em nível municipal. Os autores apresentam resultados que indicam que os condados com alta exposição à competição de importação chinesa possuem altos índices de criminalidade, porém, esse indicador desaparece em condados com altas transferências governamentais. A explicação que se tem é que estes recursos compensam as perdas dos trabalhadores com a competição de importação chinesa, reduzindo o ímpeto para cometer crimes.

De acordo com Guillamón, Bastida e Benito (2013), as transferências intergovernamentais *per capita* impactam nos gastos do governo municipal em segurança pública e demonstram uma influência significativa e positiva das transferências intergovernamentais nos gastos do governo local com a polícia municipal na Espanha.

c) O *Flypaper Effect* e a Ilusão Fiscal

O *flypaper effect* é um conceito do campo das finanças públicas que sugere que uma subvenção governamental a um município beneficiário aumenta mais o nível de gasto público local do que um aumento na renda dos cidadãos (Ferreira; Serrano, 2020). Esse efeito, muito associado à teoria da ilusão fiscal, *grosso modo*, busca iludir os contribuintes, dificultando a percepção sobre o custo real dos serviços públicos. Para isso, utiliza as transferências governamentais, preferencialmente, para aumento de gastos, sem pesar a possibilidade de redução de impostos (Freitas *et al.*, 2019).

Sobre este efeito, afirmam Baskaran *et al.* (2016) que nos municípios israelenses, os políticos locais restringem os déficits motivados por fatores eleitorais, se houver probabilidade destes gastos serem financiados pelos residentes do município, mas os expandem se puderem esperar que as transferências centrais futuras cobrirão uma parte significativa desses déficits. Em conformidade, Baskaran (2016) encontra evidências de que em Hesse, na Alemanha, o governo usa os acréscimos nos recursos das transferências intergovernamentais para aumentar despesas, e não para reduzir impostos.

Mamaradlo, Tang e Wong (2021) fornecem evidências de um efeito *flypaper* nos municípios das Filipinas, já que os subsídios criam um grande efeito estimulante sobre a despesa local, mas não têm qualquer efeito na redução da tributação local.

Cruz e Silva (2020) ao estimarem as respostas dos governos municipais brasileiros a três tipos diferentes de receitas arrecadadas, a receita local versus transferências estaduais e federais vinculadas à educação, descobriram que a elasticidade das despesas educacionais para fundos de transferências de redistribuição estaduais é significativamente maior do que a elasticidade de tais respostas do governo aos fundos coletados localmente. Em conformidade, Diniz, Lima e Martins (2017) apontam que os municípios paraibanos que têm, relativamente, receitas próprias maiores são mais eficientes nos gastos com educação, e os municípios que recebem mais recursos do que enviam para o FUNDEB são menos eficientes.

Pansani *et al.* (2020) confirmam as evidências do efeito *flypaper* no Brasil, associado à ilusão fiscal, devido à complexidade tributária. Conforme os autores, quanto mais simples uma estrutura tributária, no que diz respeito à quantidade de impostos, menor o incentivo para aumento do gasto público.

De acordo com Acar (2019), o *flypaper effect* existe para os municípios turcos e as transferências incondicionais também causam um efeito de desestímulo sobre os esforços de arrecadação de receitas locais. A existência do efeito também foi observado por Liu e Ma (2016) nos municípios chineses, e por Gennari e Messina (2014) nos municípios italianos.

Em contraponto, Leisibach *et al.* (2023) investigam como as receitas provenientes da tributação da produção hidrelétrica afetam a política fiscal local dos municípios da Suíça entre 1987 e 2015. Segundo os autores, há efeitos negativos nas taxas de impostos e nas receitas fiscais locais, mas efeitos insignificantes nas respectivas despesas.

d) Impacto das transferências e o desempenho fiscal dos municípios

Diante do crescimento das atribuições dos municípios ao longo dos anos, a estrutura de financiamento dos gastos municipais vem sendo estudada em todo mundo. No Brasil, os estudos abordam principalmente a questão da descentralização dos recursos públicos. Barros *et al.* (2020), Castro (2020) e Gerigk, Ribeiro e Lepchak (2019) concluíram que há uma proporção inversa entre o tamanho dos municípios e sua dependência em relação às transferências intergovernamentais, ou seja, quanto

menor o município, maior é a dependência dessas receitas, o que demonstra a falta de autonomia financeira dos municípios de pequeno porte.

Lima *et al.* (2018), em estudo que analisa o nível de dependência dos municípios paraibanos das cotas partes do ICMS e do IPVA, identificam que a dependência relativa é maior nas duas maiores cidades do Estado.

A responsabilidade na gestão fiscal é outro fator importante para a saúde financeira dos municípios, tanto no que se refere à arrecadação de receitas, como também no que se refere à responsabilidade sobre os gastos. Em relação à despesa, Araújo (2020) mostra que os municípios tendem a ter um comportamento mais responsável do ponto de vista fiscal para com as transferências voluntárias, devido às exigências atreladas ao seu recebimento. Já quando as transferências são constitucionais e, portanto, obrigatórias, admitem-se espaços para comportamentos agressivos à responsabilidade fiscal.

Em relação à receita, Espinosa, Martinez e Martell (2018) verificaram a eficácia da fórmula de distribuição das transferências intergovernamentais no México, que incluiu um indicador que leva em conta o desempenho municipal no recolhimento do imposto sobre propriedade urbana. Esse indicador criou incentivo para o esforço de arrecadação local.

Por outro lado, Chiades *et al.* (2018) destaca um efeito perverso dos pacotes de consolidação fiscal implementados por restrições fiscais impostas pelo governo central na Itália. Ao se investigar os efeitos inexplorados da consolidação fiscal nas finanças públicas de municípios italianos. Os autores mostram que os municípios aumentam os atrasos nas despesas de investimento já comprometidas em resposta aos cortes nas transferências intergovernamentais.

Cabaleiro e Gómez (2014) apontam que o esforço de arrecadação própria de impostos municipais na Espanha é estimulado quando a condição financeira dos municípios está debilitada. Segundo os autores, os resultados confirmam que a dimensão da solvência orçamentária está associada ao esforço na arrecadação tributária para todos os municípios estudados.

Calcali (2018), a partir de uma análise econométrica, conclui que as transferências de renda realizadas pelo governo central para os municípios afetam negativamente os esforços dos municípios para aumentar suas próprias receitas.

Em contraponto, Bengono, Épo Ngh e Onana (2023) mostram que as transferências intergovernamentais transferidas aos municípios pelo Estado Central de Camarões, contribuem para aumentar as receitas públicas locais, indicando que os subsídios do governo central aos municípios não desencorajam a mobilização por receitas próprias. No mesmo sentido, Saptono e Mahmud (2023), e Porto e Puig (2023) refutam o efeito de desestímulo das transferências sobre os esforços do governo local para gerar as suas próprias receitas.

Transferências discricionárias via dotações financeiras para municípios em crise fiscal foram analisadas por Baskaran e Hessami (2017). Com base em conjunto de dados de municípios do Estado alemão de Hesse, o autor aponta que os repasses, quando condicionais e associados a ajustes fiscais nos municípios beneficiários, refletem em aumento das receitas tributárias próprias e redução de itens de despesas dos municípios.

Questão 2

Quais os principais apontamentos dos pesquisadores em relação às suplementações nas transferências governamentais para o combate dos efeitos de crises que impactam os municípios?

Masiero e Santarossa (2020) constatarem que a resposta dos municípios à ocorrência de desastres naturais (terremotos) na Itália, em termos de comportamento dos gastos, se deu de forma assimétrica, após o socorro do governo central, e os gastos aumentaram por cerca de 12 anos após o choque, mas de forma diferente. Nos municípios do Norte, as despesas aumentaram acima do valor dos repasses, já nos municípios do Sul, as despesas aumentaram abaixo do valor dos repasses. O efeito foi uma recuperação mais rápida nos municípios do Norte, mas com o custo de um maior crescimento da inflação.

Deryugina (2017) mostra que os furacões nos Estados Unidos levam a aumentos substanciais nas transferências governamentais não relacionadas a desastres, como seguro-desemprego e pagamentos médicos públicos. Já nos condados afetados na década após um furacão, o valor presente desse aumento excede significativamente o da ajuda direta a desastres, e isso implica, entre outras coisas, que os custos fiscais dos desastres naturais foram significativamente subestimados.

Becerra, Quintero e Castela (2023) identificaram *clusters* regionais nos quais os municípios que estão em áreas historicamente afetadas por crises de segurança causadas pelo conflito armado e pelo plantio de culturas ilícitas apresentavam maior dependência das transferências governamentais.

Sanoh (2015) aponta os fenômenos exógenos, como os choques pluviométricos, que não estão sob o controle de atores locais, provocam flutuações que induzem a redução da renda agrícola, o que reflete na afetação da arrecadação das receitas municipais, e, por sua vez, também reduzem as transferências intergovernamentais em Mali devido à queda do valor adicionado junto à receita central. Assim, sugere-se o aumento dos investimentos preventivos de adaptação às mudanças climáticas, como irrigação, por proteger a receita local e também garantir mais transferências do governo central.

Palácios e Rojas-Velásquez (2013) indicam que os choques de precipitação excessiva aumentam o abandono escolar e diminuem as taxas de cobertura e o desempenho acadêmico, enquanto os choques de precipitação deficitária têm o efeito oposto em todos os resultados. Os principais mecanismos que explicam estes resultados são o rendimento, representado pelas receitas fiscais, transferências intergovernamentais e rendimento agrícola, e a taxa de mortalidade infantil.

Cardoso *et al.* (2023) identificam que durante a pandemia da Covid-19, a política de transferências ignorou os padrões de risco e as alterações de renda dos municípios brasileiros e os beneficiou, independentemente da sua vulnerabilidade e dos riscos de infecção da população, e muitos municípios reduziram as despesas com saúde financiadas pelas suas receitas. Assim, alguns municípios tiveram superávit pandêmico em 2020 — ano eleitoral municipal.

Reingewertz e Beeri (2018) estudam a eficácia do modelo de intervenção do governo central israelense nos municípios com dificuldades financeiras. Segundo os autores, a neutralização da liderança local eleita e sua substituição por um comitê convocado apresentou um efeito considerável sobre o desempenho financeiro das autoridades locais, incluindo uma redução de 11% nos custos de mão de obra municipal, uma redução de 6% nos déficits correntes e uma redução de 40% na dívida municipal, aumento na arrecadação de impostos locais e nas transferências governamentais direcionadas.

Park (2017) investiga como a crise econômica de 2008 afetou a estrutura da receita dos municípios da Califórnia. Consoante o autor, os municípios, em situação de piora dos indicadores econômicos tendem a buscar fontes alternativas de receita à rigidez da arrecadação de impostos. Ele destaca que as receitas provenientes de taxas, multas e confiscos aumentam no cenário de crises, assim como a dependência das transferências governamentais.

Corroborando, Cromwell e Ihlanfeldt (2015) fornecem evidências de que os municípios do estado da Flórida, para compensar completamente as perdas de receita do imposto sobre a propriedade,

em declínio devido à crise da quebra do mercado imobiliário iniciada em 2007, aumentaram suas taxas. Como resultado, eles não tiveram necessidade de cortar as despesas.

Por outro lado, Sole-Olle e Sorribas-Navarro (2012), ao analisar se os municípios espanhóis, se ajustam em resposta a choques orçamentários, apontam que a maior parte do ajuste a um choque de receita é suportado pelos próprios municípios à medida que procedem cortes de despesas, com um papel menor sendo desempenhado pelo financiamento através de subvenções das esferas mais altas de governo e por esforços da arrecadação local.

Questão 3

Foi constatada alguma lacuna existente na literatura observada a respeito da temática das transferências governamentais?

Os artigos revisados possuem uma grande abrangência temática, como visto no Gráfico 3, e as transferências governamentais são um campo de pesquisa multidisciplinar, que impacta em vários fatores sociais. Assim, os estudos trouxeram uma grande contribuição para a matéria, com novas descobertas, efeitos e implicações. Porém, um assunto tão complexo, provavelmente, deixaria espaços para ser melhor explorado. A seguir, listam-se algumas lacunas observadas na literatura a respeito das transferências governamentais:

- Fórmula operacional e abrangente que possibilite aos governos promover uma melhor distribuição dos recursos das transferências governamentais obrigatórias;
- Mecanismos e critérios que contribuam para a redução de fatores políticos na distribuição das transferências discricionárias;
- Diretrizes que indiquem os caminhos para uma redução do *flypaper effect* e que levem os gestores públicos municipais a terem o mesmo controle no gasto dos recursos das transferências intergovernamentais que têm com os da arrecadação própria;
- Exame do impacto das suplementações nas transferências governamentais para o combate dos efeitos de crises que impactam as finanças dos municípios;
- Avaliação dos critérios utilizados pelo governo central para definir a distribuição de subvenções aos municípios em época de crises.

Isto posto, as lacunas citadas evidenciam a importância da produção de mais estudos na área, e, assim, acrescentar informação na literatura existente, reduzindo essas lacunas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram uma tendência de crescimento nos estudos sobre a temática das transferências governamentais associados aos municípios entre 2010 e 2023 e sugere uma valorização crescente do papel dos municípios dentro do contexto das transferências intergovernamentais e da governança local. Mesmo com uma queda geral no número de publicações em 2023, o aumento no número de estudos específicos sobre os municípios indica um reconhecimento cada vez maior de sua importância.

Essa dinâmica pode ser reflexo de mudanças nas políticas públicas, demandas da sociedade civil ou prioridades na pesquisa acadêmica. Explorar mais a fundo as razões por trás desse crescimento do interesse nos municípios poderia oferecer *insights* valiosos sobre as tendências em transferências intergovernamentais e governança local.

O conteúdo das publicações também ensejou diversas percepções sobre o efeito prático das transferências governamentais. No âmbito dos critérios de distribuição dos recursos, ficou clara a constatação da interferência política no direcionamento dos gastos. Esse efeito foi notado de forma mais preponderante nas transferências governamentais discricionárias devido à sua flexibilidade, mas, até mesmo nas transferências governamentais obrigatórias, encontram-se evidências de subterfúgios utilizados para o direcionamento dos recursos.

Em relação às diversas funções do governo, os estudos mostram uma influência das transferências governamentais no resultado da prestação de serviços públicos, como saúde, educação, segurança pública e outros. Quando utilizados de forma adequada, os recursos aplicados refletem em melhorias no bem-estar social.

Em outra perspectiva, estudos mostram um efeito negativo das transferências governamentais no desempenho fiscal dos municípios, já que foi observado que o crescimento dos repasses realizados pelo governo central para os municípios afetam negativamente os esforços dos municípios para aumentar suas próprias receitas.

O *flypaper effect* foi identificado em diversos estudos pelo mundo, demonstrando que os governos locais aumentam seus gastos em uma proporção maior quando financiados por transferências governamentais do que aumentariam se precisassem financiá-los por tributação local, em uma situação de aumento de renda dos residentes.

Em situação de crises, os estudos apresentam resultados que demonstram que os municípios tendem a buscar fontes alternativas de receita para a rigidez da arrecadação de impostos, optando por aumento de taxas, além de redução de despesas, caso não haja um auxílio substancial do poder central.

Foi identificada uma lacuna existente nos estudos que tratam sobre as suplementações nas transferências governamentais para o combate dos efeitos de crises que impactam as finanças dos municípios, em especial, os critérios de distribuição dos recursos.

Este estudo possui limitações, pois a pesquisa realizada limita-se ao banco de dados *Web of Science* e a um período delimitado. Assim, os dados de outros bancos de dados ou aqueles coletados em períodos diferentes do estabelecido neste estudo podem trazer resultados e conclusões diferentes dos que foram aqui postos.

REFERÊNCIAS

ACAR, Yasin. Does Flypaper Effect Exist? New Evidence from Turkish Municipalities. **Sosyoekonomi**, v. 27, 2019.

ACUNA, Julio; BALZA, Lenin H.; GOMEZ-PARRA, Nicolas. From wells to wealth? Government transfers and human capital. **Journal of Development Economics**, v. 166, p. 103206, 2024.

ARACHI, Giampaolo; PORCELLI, Francesco; ZANARDI, Alberto. Redistribution and risk-sharing effects of intergovernmental transfers: an empirical analysis based on Italian municipal data. **Regional Studies**, v. 57, n. 8, p. 1523-1534, 2023.

ARAGÓN, Fernando M.; WINKLER, Hernan. The long-term impact of a resource-based fiscal windfall: Evidence from the Peruvian canon. **Resources Policy**, v. 87, p. 104305, 2023.

ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo de *et al.*. The relationship of governmental transfers nature and the fiscal responsibility of Brazilian municipal governments. **Journal of Accounting, Management and Governance-JAMG**. Brasília, v. 23, n. 1, p. 124-140, jan./apr. 2020.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. [S.l.]: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012.

ATHIAS, Diloá; SCHNEIDER, Rodrigo. The impact of political representation on the provision of public goods and services. **Fiscal Studies**, v. 42, n. 2, p. 367-381, 2021.

BAIAO, Alexandre Lima; MOREIRA DA CUNHA, Armando Santos; REZENDE NUNES DE SOUZA, Flavio Sergio. The role of intergovernmental transfers in fiscal equalization of Brazilian municipalities. **Revista do Serviço Público**, [S.l.], v. 68, n. 3, 2017, p. 583-609.

BARROS, Fernando Santos *et al.*. CARTOGRAFIA DAS RECEITAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2007/2016. **Humanidades & Inovação**, [S.l.], v. 7, n. 14, p. 102-120, 2020.

BASKARAN, Thushyanthan; HESSAMI, Zohal. Political alignment and intergovernmental transfers in parliamentary systems: Evidence from Germany. **Public Choice**, [S.l.], v. 171, n. 1, p. 75-98, 2017.

BASKARAN, Thushyanthan. Intergovernmental transfers, local fiscal policy, and the flypaper effect: evidence from a German state. **FinanzArchiv/Public Finance Analysis**, [S.l.], [s.n.], p. 1-40, 2016.

BASKARAN, Thushyanthan *et al.*. Revenue decentralization, central oversight and the political budget cycle: Evidence from Israel. **European Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 42, p. 1-16, 2016.

BECERRA, Carlos Andrés Sánchez; QUINTERO, Wilder Quintero; CASTILLA, Magda Mildreth Rodríguez. Análisis de datos aplicados a la evolución de la dependencia de las transferencias intergubernamentales: Un estudio de caso en Colombia. **REICE: Revista Electrónica de Investigación en Ciencias Económicas**, v. 11, n. 22, p. 232-250, 2023.

BENGONO, Jean Raoul NKOUDOU; NGAH, Boniface EPO; ONANA, Simon Pierre. Effets des transferts intergouvernementaux sur la mobilisation des recettes publiques locales: cas des communes camerounaises. **Region et Développement**, v. 58, p. 83-101, 2023.

BROLLO, Fernanda; NANNICINI, Tommaso. Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. **American Political Science Review**, [S.l.], v. 106, n. 4, p. 742-761, 2012.

BULUT ÇEVİK, Zeynep. The Effect of Intergovernmental Transfers on Income Per Capita in Turkey: A Panel Data Analysis. **Siyasal: Journal of Political Sciences**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 313-335, 2020.

CABALEIRO CASAL, Roberto; BUCH GÓMEZ, Enrique J. Is the tax collection effort an indicator of the financial condition of Spanish municipalities?. **International Public Management Journal**, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 564-592, 2014.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; TAVARES, Marcelo. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 51, p. 897-916, 2017.

CALCALI, Onder. The Impact of Intergovernmental Transfer on the Efficiency of Local Taxation: An Application on the Eastern Black Sea Regional Municipalities. **MALIYE DERGISI**, [S.l.], [s.n.], n. 174, 2018.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Lessons from Brazil's unsuccessful fiscal decentralization policy to fight COVID-19. **Public Administration and Development**, v. 43, n. 2, p. 106-119, 2023.

CAROZZI, Felipe; REPETTO, Luca. Sending the pork home: Birth town bias in transfers to Italian municipalities. **Journal of Public Economics**, [S.l.], v. 134, p. 42-52, 2016.

CLARIVATE. 2022. Disponível em: <https://clarivate.com/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DALLE NOGARE, Chiara; KAUDER, Björn. Term limits for mayors and intergovernmental grants: Evidence from Italian cities. **Regional Science and Urban Economics**, [S.l.], v. 64, p. 1-11, 2017.

DE CASTRO, Kleber Pacheco; DA CRUZ LIMA, Ana Carolina. Distorções Regionais na Distribuição do FPM: Um Estudo Aplicando Conjuntos Fuzzy em Municípios de Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, 2019.

DE CASTRO, Kleber Pacheco. PADRÕES DE FINANCIAMENTO DOS MUNICÍPIOS: UMA AVALIAÇÃO PELA ÓTICA DA HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS. **Geo UERJ**, n. 36, p. e47281-e47281, 2020.

CHE, Yi; XU, Xun; ZHANG, Yan. Chinese import competition, crime, and government transfers in us. **Journal of Comparative Economics**, [S.l.], v. 46, n. 2, p. 544-567, 2018.

CHIADES, Paolo *et al.*. Fiscal consolidation by intergovernmental transfers cuts? The unpleasant effect on expenditure arrears. **Economic Modelling**, [S.l.], v. 77, p. 266-275, 2019.

CORVALAN, Alejandro; COX, Paulo; OSORIO, Rodrigo. Indirect political budget cycles: Evidence from Chilean municipalities. **Journal of Development Economics**, [S.l.], v. 133, p. 1-14, 2018.

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da; GARTNER, Ivan Ricardo. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 51, p. 264-293, 2017.

CROMWELL, Erich; IHLANFELDT, Keith. Local government responses to exogenous shocks in revenue sources: Evidence from Florida. **National Tax Journal**, [S.l.], v. 68, n. 2, p. 339-376, 2015.

CRUZ, Tassia; SILVA, Talita. Minimum spending in education and the flypaper effect. **Economics of Education Review**, [S.l.], v. 77, p. 102012, 2020.

DA ASSUNÇÃO MOUTINHO, José; KNISS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio. A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 181-207, 2013.

DE ABREU LIMA, Julliene Larissa *et al.*. ICMS AND IPVA DEPENDENCE LEVEL STUDY BY GEOADMINISTRATIVE MUNICIPALITIES OF THE PARIBA'S IN THE PERIOD FROM 2015 TO 2017. **Revista De Gestao, Financas E Contabilidade**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 66-82, 2018.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, Romero; SENHORAS, Elói Martins. Pacote econômico governamental e o papel do BNDES na guerra contra o novo coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 27-39, 2020. <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3748888>.

DEDA, Carin Caroline; KAUCHAKJE, Samira. Sistema político multinível no Brasil: uma análise da relação entre transferências intergovernamentais e redução das desigualdades territoriais no estado do paraná | multi-level government structures in brazil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 530, 25 ago. 2017. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p530>.

DENYER, David; TRANFIELD, David. (2009). Producing a systematic review. In: BUCHANAN, D.A.; BRYMAN, A. (Ed.). **The SAGE handbook of Organizational research Methods**. Londres: Sage Publications, p. 671-689, 2009.

DERYUGINA, Tatyana. The fiscal cost of hurricanes: Disaster aid versus social insurance. **American Economic Journal: Economic Policy**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 168-98, 2017.

DING, Yanqing; LU, Fengming; YE, Xiaoyang. Intergovernmental transfer under heterogeneous accountabilities: the effects of the 2006 Chinese education finance reform. **Economics of Education Review**, [S.l.], v. 77, p. 101985, 2020.

DINIZ, Josediton Alves; DE LIMA, Rmulo Henriques; MARTINS, Vinícius Gomes. O efeito flypaper no financiamento da educação fundamental dos municípios paraibanos. **Administração Pública e Gestão Social**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 95-104, 2017.

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Acta Médica Portuguesa**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 227, 2019. <http://dx.doi.org/10.20344/amp>.

DROSTE, Nils *et al.*. Decentralization effects in ecological fiscal transfers: a Bayesian structural time series analysis for Portugal. **Environmental and Resource Economics**, [S.l.], v. 71, n. 4, p. 1027-1051, 2018.

ELKHDARI, Maria. The determinants of intergovernmental transfers: The case of Morocco. **Revue economique**, [S.l.], v. 70, n. 1, p. 67-96, 2019.

ESPINOSA, Salvador; MARTÍNEZ, Jennifer; MARTELL, Christine. Why Some Municipalities in Mexico are Better Property Tax Collectors than Others?. **Gestin y política pública**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 375-395, 2018.

FABRE, Brice. Political Colleagues Matter: The Impact of Multiple Office-Holding on Intergovernmental Grants. **Revue Economique**, 2017.

FARIA, Paulo M. **Revisão Sistemática da Literatura**: contributo para um novo paradigma investigativo. [S.l.]: [s.n.], 2019.

FARVAQUE, Étienne; HRICOURT, Jérôme; JOANIS, Marcelin. Political determinants of governmental transfers to French cities. **Revue economique**, [S.l.], v. 70, n. 1, p. 53-66, 2019.

FELICIANO, Marciana; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; SANTO, Antnio Carlos Gomes do Espírito. Economic growth and inflation rate: implications for municipal revenue and health expenditure of the municipalities of Pernambuco, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 22, p. 1979-1990, 2017.

FERREIRA, Jorge L. D.; ALVES, Alexandre F.; CALDEIRA, Emilie. Grants for whom and why? The politics of allocation of transfers in Brazil. **The Developing Economies**, v. 59, n. 1, p. 39-63, 2021.

FOREMNY, Dirk; JOFRE-MONSENY, Jordi; SOLÉ-OLLÉ, Albert. 'Ghost citizens': Using notches to identify manipulation of population-based grants. **Journal of Public Economics**, [S.l.], v. 154, p. 49-66, 2017.

FREITAS, Thiago de Araújo. Uma análise do efeito flypaper e ilusão fiscal para os municípios do nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, [S.l.], v. 19, n. 1, 2015.

GENNARI, Elena; MESSINA, Giovanna. How sticky are local expenditures in Italy? Assessing the relevance of the flypaper effect through municipal data. **International tax and public finance**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 324-344, 2014.

GERIGK, Willson; RIBEIRO, Flávio; LEPCHAK, Alessandro. Desempenho fiscal dos pequenos municípios brasileiros. **Revista Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 11, n. 1, 2019.

GILEV, Alexey; SHEVTSOVA, Irina. Foundation of "Vertical": Elections and Distribution of Inter-Governmental Transfers at Local Level cases of Novgorod Oblast and Perm Krai. **Анализ·Хроника·Прогноз**, [S.l.], p. 163, 2019.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. Fundamentos das Transferências Intergovernamentais. **Direito Público**, [S. l.], v. 6, n. 27, 2010. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1565>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GOMES FERREIRA, Lucas Oliveira; MARQUES SERRANO, André Luiz. Uma revisão bibliográfica do efeito Flypaper. **contribuciones a la Economía**, [S.l.], [s.n.], abr. 2020. Disponível em:

<https://www.eumed.net/rev/ce/2020/2/revisao-bibliografica-flypaper.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GREGOR, Andras. Intergovernmental transfers and political competition measured by pivotal probability-Evidence from Hungary. **European Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 62, p. 101841, 2020.

GUILLAMÓN, Ma *et al.*. The electoral budget cycle on municipal police expenditure. **European journal of law and economics**, [S.l.], v. 36, n. 3, p. 447-469, 2013.

GULLO, Maria Carolina Rosa. The economy in pandemic Covid-19: some considerations. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S.l.], v. 12, p. 1-8, 12 jul. 2020.

<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a05>.

GUO, Qingwang; LIU, Chang; MA, Guangrong. How large is the local fiscal multiplier? Evidence from Chinese counties. **Journal of Comparative Economics**, [S.l.], v. 44, n. 2, p. 343-352, 2016.

HA, Heonuk. Presidential particularism, the Paycheck Protection Program (PPP), and the Biden administration. **Presidential Studies Quarterly**, v. 53, n. 4, p. 543-569, 2023.

HA, Wei; YAN, Fang. Does money matter? The effects of block grants on education attainment in rural China: Evidence from intercensal population survey 2015. **International Journal of Educational Development**, [S.l.], v. 62, p. 174-183, 2018.

HAI-JEW, Shalin. **Creating Effective Data Visualizations in Excel 2016: Some Basics**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

HIRANO, Shigeo. Do individual representatives influence government transfers? Evidence from Japan. **The Journal of Politics**, [S.l.], v. 73, n. 4, p. 1081-1094, 2011.

HORTAS-RICO, Miriam. Urban sprawl and municipal budgets in Spain: A dynamic panel data analysis. **Papers in Regional Science**, [S.l.], v. 93, n. 4, p. 843-864, 2014.

IBARRA SALAZAR, Jorge. Fundamentals of the New Allocation Formula of the Social Infrastructure in Mexico. **El trimestre económico**, [S.l.], v. 85, n. 337, p. 195-218, 2018.

JAAIDANE, Touria; LARRIBEAU, Sophie. The effects of inter-municipal cooperation and central grant allocation on the size of the French local public sector. **European Journal of Political Economy**, v. 76, p. 102271, 2023.

JAMES, O. Bukenya *et al.*. Analysis of regional disparities and wage convergence in Alabama. **African Journal of Agricultural Research**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 363-375, 2011.

JOASSART-MARCELLI, Pascale. Leveling the playing field? Urban disparities in funding for local parks and recreation in the Los Angeles region. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 5, p. 1174-1192, 2010.

KAMMAS, Pantelis; POULIMA, Maria; SARANTIDES, Vassilis. Fueling the party machine: Evidence from Greece during Metapolitefsi. **Explorations in Economic History**, v. 90, p. 101538, 2023.

KAŃDUŁA, Sławomira. The Efficiency of Fiscal Equalization. The Case Study of Municipalities in Poland. **Lex localis-Journal of Local Self-Government**, [S.l.], v. 15, n. 4, 2017.

KITSOS, Anastasios; PROESTAKIS, Antonios. Mediating distributive politics: political alignment and electoral business cycle effects on municipality financing in Greece. **The Annals of Regional Science**, [S.l.], v. 67, n. 1, p. 1-26, 2021.

LABONNE, Julien. The local electoral impacts of conditional cash transfers: Evidence from a field experiment. **Journal of development economics**, [S.l.], v. 104, p. 73-88, 2013.

LEISIBACH, Patrick *et al.* The effects of natural resource revenues on municipal finance. **Economic Policy**, v. 38, n. 115, p. 567-600, 2023.

LIU, Chang; MA, Guangrong. Taxation without representation: local fiscal response to intergovernmental transfers in China. **International Tax and Public Finance**, [S.l.], v. 23, n. 5, p. 854-874, 2016.

LOUZADA, José Ricardo Tavares. AS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS OBRIGATÓRIAS DA UNIÃO PARA OS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS: FONTES, APLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. **Revista Organização Sistêmica**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 119-139, 2012.

LÜ, Xiaobo. Intergovernmental transfers and local education provision—Evaluating China's 8-7 National Plan for Poverty Reduction. **China Economic Review**, [S.l.], v. 33, p. 200-211, 2015.

MAMARADLO, Marivic Delos Santos; TANG, Cheng-Tao; WONG, Chun Yee. Grant effects on public finance for local governments with self-selection behavior. **Hitotsubashi Journal of Economics**, v. 62, n. 1, p. 33-58, 2021.

MASIERO, Giuliano; SANTAROSSA, Michael. Earthquakes, grants, and public expenditure: How municipalities respond to natural disasters. **Journal of Regional Science**, [S.l.], v. 60, n. 3, p. 481-516, 2020.

MASSUDA, Adriano. Primary health care financing changes in the Brazilian Health System: advance ou setback?. **Ciencia & saude coletiva**, [S.l.], v. 25, p. 1181-1188, 2020.

MCLAUGHLIN, Michael; RANK, Mark R. Impact of federal transfers upon US infant mortality rates: a secondary analysis using a fixed effects regression approach. **BMJ open**, [S.l.], v. 8, n. 9, p. e021533, 2018.

MENDES, Marcos. **Transferências intergovernamentais no Brasil**: diagnóstico e proposta de reforma. [S.l.]: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.

MENDES, Wesley de Almeida *et al.*. The influence of economic capacity and the formation of public revenues on human development. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 52, p. 918-934, 2018.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; FELIPINI, André Rodrigues. Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 313-337, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art02>.

PANSANI, Daniel Azevedo; SERRANO, André Luiz Marques; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. Análise de evidências e causas do efeito flypaper e da ilusão fiscal nos Estados e municípios brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, [S.l.], [s.n.], 2020.

PARK, Sanghee. Local revenue structure under economic hardship: reliance on alternative revenue sources in California counties. **Local Government Studies**, [S.l.], v. 43, n. 4, p. 645-667, 2017.

PEREIRA, Mauricio Gomes; GALVÃO, Taís Freire. Extração, avaliação da qualidade e síntese dos dados para revisão sistemática. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 577-578, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742014000300021>.

POLITI, Ricardo; MATTOS, Enlison. Wages, informality, and net fiscal benefit in a federation: Evaluating intergovernmental grants in Brazilian municipalities. **Public Finance Review**, [S.l.], v. 46, n. 3, p. 486-513, 2018.

PORTO, Alberto; PUIG, Jorge. Fiscal federalism: The interaction between own revenues and intergovernmental transfers in local governments—the case of municipalities in buenos aires. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 53, n. 4, p. 642-678, 2023.

PSYCHARIS, Yannis *et al.*. Beyond the socio-economic use of fiscal transfers: The role of political factors in Greek intergovernmental grant allocations. **Regional Science Policy & Practice**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 982-1008, 2021.

QUINCKHARDT, Matthias. The value of a party: Local politics and the allocation of intergovernmental transfers. **European Journal of Political Economy**, v. 80, p. 102470, 2023.

REINGEWERTZ, Yaniv; BEERI, Itai. How effective is central enforcement? Evidence from convened committees in failing local authorities. **Environment and Planning C: Politics and Space**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 357-380, 2018.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. Efeitos assimétricos das transferências governamentais sobre os gastos públicos locais: evidências em painel para os municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [S.l.], v. 43, n. 2, 2013.

SAKURAI, Sergio Naruhiko; THEODORO, Maria Isabel Accoroni. On the relationship between political alignment and government transfers: triple differences evidence from a developing country. **Empirical Economics**, [S.l.], v. 58, n. 3, p. 1107-1141, 2020.

SALEEM, Farida *et al.*. Bibliometric analysis of green marketing research from 1977 to 2020. **Publications**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1, 2021.

SANO, A. L. Y. Rainfall shocks, local revenues, and intergovernmental transfer in Mali. **World Development**, [S.l.], v. 66, p. 359-370, 2015.

SAPTONO, Prianto Budi; MAHMUD, Gustofan. Stimulus or Enforcement? How Intergovernmental Transfers Crowd-in Local Taxes in Indonesia. **Public Finance Review**, v. 51, n. 6, p. 782-837, 2023.

SCHNEIDER, Rodrigo; ATHIAS, Diloá; BUGARIN, Mauricio. Does enfranchisement affect fiscal policy? Theory and empirical evidence on Brazil. **Economics of Governance**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 389-412, 2019.

SOARES, Márcia Miranda; MELO, Bruno Guimarães de. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 50, n. 4, p. 539-562, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612138727>.

SOLÉ-OLLÉ, Albert; SORRIBAS-NAVARRO, Pilar. The dynamic adjustment of local government budgets: does Spain behave differently?. **Applied Economics**, [S.l.], v. 44, n. 25, p. 3203-3213, 2012.

TANG, Cheng-Tao; WONG, Chun Yee; ALAS, Orelie Bathan Delas. Effect of intergovernmental transfers on income and poverty rates: Evidence from the Philippines. **World Development**, v. 173, p. 106420, 2024.

TSAI, Nina; HSU, Yuan-Ho; CHEN, Yen-Jong. The Effects of Population Aging, the Ruling Political Party, and Local Governments on Welfare Spending in Taiwan: 1993-2007. **Issues & Studies**, [S.l.], v. 48, n. 3, 2012.

VEIGA, Linda Gonçalves; VEIGA, Francisco José. Intergovernmental fiscal transfers as pork barrel. **Public choice**, [S.l.], v. 155, n. 3, p. 335-353, 2013.

YANG, Zhenshan. Threshold effect of poverty alleviation funds on human capital accumulation: A case study of impoverished counties in China. **Sustainability**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 809, 2019.